

SAMM -
Sociedade de
Atividades em
Multimídia Ltda.

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2017
e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de abril de 2018

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Processo interno de investigação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº19 às demonstrações financeiras, que descreve que a CCR S.A., controladora da Companhia, e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em depoimentos que teriam relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota foi anunciada a criação de Comitê Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, iniciou o processo interno de investigação para apuração dos fatos noticiados. Devido ao estágio da investigação interna da Companhia, não é possível determinar se haverá potenciais efeitos sobre outras empresas do Grupo. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Empresa possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Empresa com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Empresa que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, entre outras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a adequação das metodologias e premissas utilizadas pela Empresa na projeção dos lucros tributáveis futuros suficiente para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Empresa na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas nº 2(k) e 8, em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e quanto aos montantes de crédito tributário não registrados.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

SAMM – Sociedade e Atividades em Multimídia Ltda.

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.906	12.733	Notas promissórias	12	59.154	61.480
Aplicações financeiras	6	7.529	-	Fornecedores - partes relacionadas	9	8.578	10.397
Contas a receber	7	16.307	15.733	Fornecedores	13	18.861	14.517
Contas a receber - partes relacionadas	9	6	1.089	Impostos e contribuições a recolher		1.516	1.800
Tributos a recuperar		835	488	Obrigações sociais e trabalhistas		4.001	3.975
Despesas antecipadas e outros créditos		738	315	Obrigações de entrega	7(b) e 7(c)	6.775	5.525
				Outras contas a pagar		96	932
Total do ativo circulante		33.321	30.358	Total do passivo circulante		98.981	98.626
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber	7	24.047	19.532	Fornecedores - partes relacionadas	9	30.418	35.113
Contas a receber - partes relacionadas	9	-	836	Fornecedores	13	24.103	20.251
Tributos diferidos	8b	26.478	26.048	Obrigações de entrega	7(b) e 7(c)	22.263	18.743
Outros créditos		136	407	Impostos Parcelados		91	-
		50.661	46.823	Total do passivo não circulante		76.875	74.107
Imobilizado	10	71.323	79.888	Patrimônio líquido			
Intangível	11	73.098	70.360	Capital social	14	109.701	109.701
Total do ativo não circulante		195.082	197.071	Prejuízos acumulados		(57.154)	(55.005)
						52.547	54.696
Total do ativo		228.403	227.429	Total do passivo e patrimônio líquido		228.403	227.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade e Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstração de resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	15	71.557	66.509
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(3.751)	(3.780)
Serviços		(63)	(84)
Depreciação e amortização	10 e 11	(40.369)	(39.767)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.045)	(3.343)
Comunicação de dados - internet		(2.482)	(2.183)
Outros		<u>(1.415)</u>	<u>(1.514)</u>
		<u>(52.125)</u>	<u>(50.671)</u>
Lucro bruto		<u>19.432</u>	<u>15.838</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(8.295)	(7.448)
Serviços		(1.731)	(2.115)
Depreciação e amortização	10 e 11	(788)	(804)
Materiais equipamentos e veículos		(77)	(78)
Aluguel de imóveis e condomínios		(820)	(620)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(999)	(642)
Outras		<u>(936)</u>	<u>(1.090)</u>
		<u>(13.646)</u>	<u>(12.797)</u>
Outros resultados operacionais		<u>12</u>	<u>21</u>
Lucro antes do resultado financeiro		5.798	3.062
Resultado financeiro	16	<u>(8.377)</u>	<u>(10.669)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.579)	(7.607)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	<u>430</u>	<u>2.247</u>
Prejuízo do exercício		<u>(2.149)</u>	<u>(5.360)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade e Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstração de resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(2.149)	(5.360)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.149)</u>	<u>(5.360)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade e Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	109.701	(49.645)	60.056
Prejuízo do exercício	-	(5.360)	(5.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	109.701	(55.005)	54.696
Prejuízo do exercício	-	(2.149)	(2.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>109.701</u>	<u>(57.154)</u>	<u>52.547</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade e Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.149)	(5.360)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(430)	(2.247)
Depreciação e amortização	41.157	40.571
Baixa do ativo imobilizado e intangível	4	-
Juros sobre notas promissórias	6.689	9.000
Capitalização de custos dos empréstimos	(645)	(968)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	999	642
Ajuste a valor presente	3.664	-
Juros sobre impostos parcelados	15	-
	<u>51.453</u>	<u>46.998</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(9.191)	(20.890)
Contas a receber - partes relacionadas	1.919	13.076
Tributos a recuperar	(347)	(52)
Despesas antecipadas e outros créditos	(152)	(473)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores - partes relacionadas	(2.305)	(14.527)
Fornecedores	(1.111)	7.158
Obrigações sociais e trabalhistas	26	240
Impostos e contribuições a recolher	(208)	559
Obrigações de entrega	-	5.592
Outras contas a pagar	(836)	445
	<u>37.099</u>	<u>32.766</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>37.099</u>	<u>32.766</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(13.019)	(17.878)
Adição ao ativo intangível	(12.363)	(9.246)
Aplicações financeiras	(7.529)	-
	<u>(32.911)</u>	<u>(27.124)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(32.911)</u>	<u>(27.124)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Notas promissórias		
Captações	54.691	54.603
Pagamentos de principal	(55.000)	(54.000)
Pagamentos de juros	(8.706)	(3.858)
	<u>(9.015)</u>	<u>(3.255)</u>
Caixa líquido (usados) provenientes das atividades de financiamento	<u>(9.015)</u>	<u>(3.255)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa	<u>(4.827)</u>	<u>2.387</u>
Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	12.733	10.346
No final do exercício	7.906	12.733
	<u>(4.827)</u>	<u>2.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Empresa foi constituída em 19 de dezembro de 2008, com sede em São Paulo, e tem como objeto social os serviços de telecomunicação, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, exploração e prestação de serviços, por conta própria ou de terceiros, de serviços de valor adicionado, tendo como objetivo inicial a prestação de serviços de comunicações multimídia, por meio de outorga/autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visando soluções de infraestrutura de telecomunicações para prestação de serviços de rede de transporte de alta capacidade, cessão de capacidade de rede e compartilhamento de infraestrutura correlata (cessão de fibra óptica), bem como a participação no capital de outras sociedades. Conforme publicado no Diário Oficial da União, Ato nº 4.844 de 12 de julho de 2011 do Processo nº 53500.005557/2011, a Anatel expediu autorização à Empresa, CNPJ/MF nº 10.665.151/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Receitas de serviços*

As receitas de multimídia (comunicação de dados) se referem a transmissão de dados via cabo óptico ou radiofrequência e são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços.

As receitas de locação de fibras ópticas apagadas, se referem a locação de infraestrutura a clientes e são reconhecidas à medida do prazo do contrato.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Empresa possui os seguintes ativos intangíveis:

- Cessão de fibra óptica e radiofrequência

São demonstrados ao custo de aquisição (valor do contrato assinado), deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com os prazos contratuais e ajustados a valor presente.

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo o tempo esperado de geração de benefício econômico gerado.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 11.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Empresa determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data projetada de operação, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

j) Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

l) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos

A Empresa é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Empresa em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Empresa apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Empresa não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços de multimídia (comunicação de dados) e locação de fibras ópticas apagadas. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

A Empresa planeja adotar a IFRS 15 / CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Empresa não aplicará os requerimentos da IFRS 15 / CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Empresa não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

- Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Empresa não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Empresa considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de *impairment* na adoção do CPC 48 / IFRS 9 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Empresa não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

- Divulgações e Transição

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Empresa.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Empresa, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Empresa em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Empresa nessa data, a avaliação da Empresa se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Empresa optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Empresa pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 25 de abril de 2018, foi autorizada pela Administração da Empresa a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Empresa, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

7	Provisão para crédito de liquidação duvidosa
8b	Impostos diferidos
10	Depreciação do ativo imobilizado
11	Amortização dos ativos intangíveis
17	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez;
- c) Risco de taxas de juros e inflação.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de notas promissórias.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Nota promissória (a)	59.231	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	8.578	5.179	5.609	4.812	14.818
Fornecedores	18.861	4.091	2.178	2.594	15.240
Obrigações de entrega	6.775	4.648	3.183	3.134	11.298
Outras contas a pagar	96	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 65.660, substancialmente composto por notas promissórias, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades a Empresa, está permanentemente reestruturando suas dívidas.

A liquidação de obrigações financeiras, será feita mediante novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores.

c) Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para nota promissória. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n^{os} 6 e 12.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	39	210
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	7.867	12.523
	<u>7.906</u>	<u>12.733</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	7.529	-
	<u>7.529</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,93% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 9,83% ao ano (99,42% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Serviços de multimídia, cabos ópticos e telefônicos (a)	9.168	9.358
Serviços de locação de fibra óptica (b)	8.108	6.270
Serviços de conectividade (c)	1.242	1.317
	18.518	16.945
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(2.211)	(1.212)
	<u>16.307</u>	<u>15.733</u>
Não Circulante		
Serviços de locação de fibra óptica (b)	21.595	16.656
Serviços de conectividade (c)	2.452	2.876
	<u>24.047</u>	<u>19.532</u>
Idade de vencimentos dos títulos		
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos a vencer	39.545	35.200
Créditos vencidos até 60 dias	809	65
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	9	1.212
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.202	-
	<u>42.565</u>	<u>36.477</u>

(a) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros e cabos ópticos e telefônicos;

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de locação de fibra óptica, prestados a terceiros, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida a obrigação de entrega de fibra óptica que em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$ 5.773 no curto prazo e R\$ 19.941 no longo prazo (R\$ 4.531 e R\$ 15.782 respectivamente em 31 de dezembro de 2016). O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 47.153 (R\$ 35.471 em 31 de dezembro de 2016) os contratos possuem vigência de 33 a 120 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para esses contratos com vigência iniciada em 2011 a 2017 são de 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77%, 15,77% e 13,93%, respectivamente;
- (c) Créditos a receber decorrentes de serviços de conectividade, prestados a terceiros, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida a obrigação de entrega de conectividade que em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$ 1.002 no curto prazo e R\$ 2.322 no longo prazo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 5.282, os contratos possuem vigência de 33 a 120 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para esses contratos com vigência iniciada em 2016 a 2017 são de 15,77% e 13,93%, respectivamente; e

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Empresa. Destaque para o provisionamento de R\$ 577 provenientes de títulos credores da Telemar Norte Leste S/A (“Oi”) que ingressou com ação de recuperação judicial.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reclassificado) (*)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.579)	(7.607)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	877	2.586
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(160)	(106)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	<u>(287)</u>	<u>(233)</u>
Impostos diferidos	<u>430</u>	<u>2.247</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>17%</u>	<u>30%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reclassificado) (*)
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	24.941	24.043
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	17.037	11.258
Provisão para participação nos resultados (PLR)	490	526
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	752	412
Provisão para fornecedores	29	317
	<u>43.249</u>	<u>36.556</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	<u>(16.771)</u>	<u>(10.508)</u>
	<u>(16.771)</u>	<u>(10.508)</u>
Ativo diferido líquido	<u>26.478</u>	<u>26.048</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

(a) A Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2018	536
2019	2.860
2020	5.313
de 2021 em diante	<u>16.232</u>
	<u>24.941</u>

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		Saldos	
	Serviços Prestados	Receitas	Contas a Receber	Fornecedores e Obrigações de entrega de fibra
Controladora				
CCR	767 (a)	552 (f)	6 (d)	60 (d)
Outras partes relacionadas				
Nova Dutra	55 (e)	572 (f)	-	4.582 (b) (d)
AutoBAn	77 (e)	986 (f)	-	14.880 (b) (d)
ViaOeste	84 (e)	455 (f)	-	16.878 (b) (d)
ViaQuatro	210 (e)	180 (f)	-	18 (b) (d)
CPC	241 (c)	-	-	19 (b) (d)
RodoAnel	-	206 (f)	-	-
Metrô Bahia	-	203 (f)	-	-
Renovias	630 (e)	162 (f)	-	-
SPVias	-	206 (f)	-	-
Barcas	-	301 (f)	-	-
ViaLagos	-	-	-	2.559 (b) (d)
Camargo Corrêa	-	148 (f)	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2017			6	8.578
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017			-	30.418
Total, 31 de dezembro de 2017	<u>2.064</u>	<u>3.971</u>	<u>6</u>	<u>38.996</u>
Total circulante, 31 de dezembro de 2016			1.089	10.397
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016			836	35.113
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>963</u>	<u>2.702</u>	<u>1.925</u>	<u>45.510</u>

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 10º dia útil do mês;
- Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados conforme definidos em contrato. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGPM;
- Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 10º dia útil do mês;
- Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- Contrato de direito de passagem para ocupação da faixa de domínio para implantação de cabos ópticos; e
- Receita de prestação de serviços de transmissão de dados.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais-chave da administração

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.036	983
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	505	467
Complemento de PPR pago no ano	645	465
Previdência privada	22	21
Seguro de vida	2	2
	<u>2.210</u>	<u>1.938</u>

Na Ata de Reunião dos Sócios (ARS) realizada em 04 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Empresa em até R\$ 2.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração dos administradores	605	559

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	<u>2016</u>		<u>2017</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	322	-	-	2	324
Máquinas e equipamentos	313	-	-	117	430
Veículos	598	-	(37)	234	795
Instalações e edificações	256	-	-	-	256
Sistemas operacionais	108.170	-	-	13.873	122.043
Fibra ótica	13.633	-	-	1.619	15.252
Imobilizações em andamento	11.989	13.664	-	(15.921)	9.732
	<u>135.281</u>	<u>13.664</u>	<u>(37)</u>	<u>(76)</u>	<u>148.832</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das notas promissórias no montante de R\$ 645 em 2017 (R\$ 968 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 9,28% a.a. (custo das notas promissórias dividido pelo saldo médio de notas promissórias) e 12,52% a.a. em 2016.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(125)	(32)	-	(157)
Máquinas e equipamentos	17	(179)	(61)	-	(240)
Veículos	25	(440)	(170)	33	(577)
Instalações e edificações	33	(256)	-	-	(256)
Sistemas operacionais	20	(51.832)	(21.161)	-	(72.993)
Fibra ótica	5	(2.561)	(725)	-	(3.286)
		<u>(55.393)</u>	<u>(22.149)</u>	<u>33</u>	<u>(77.509)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Intangível

Movimentação do custo

	2016		2017		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Cessão de fibra ótica	86.806	21.240	(952)	-	107.094
Radiofrequência	1.478	430	-	-	1.908
Direito de uso de sistemas informatizados	2.514	-	-	76	2.590
	<u>90.798</u>	<u>21.670</u>	<u>(952)</u>	<u>76</u>	<u>111.592</u>

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Cessão de fibra ótica	(b)	(18.318)	(17.911)	952	(35.277)
Radiofrequência	19	(865)	(595)	-	(1.460)
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(1.255)	(502)	-	(1.757)
		<u>(20.438)</u>	<u>(19.008)</u>	<u>952</u>	<u>(38.494)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

(b) Amortização conforme prazo dos contratos.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2017	Vencimento final	2017	2016
1. 8ª Emissão (Notas promissórias)	115,32% do CDI	0,7260% (a)	397	-	Março de 2017	-	61.480 (b)
2. 9ª Emissão (Notas promissórias)	112,50% do CDI	0,5656% (a)	309	77	Março de 2018	59.154	- (b)
Total geral				77		59.154	61.480
Circulante							
Notas promissórias						59.231	61.580
Custos de transação						(77)	(100)
						59.154	61.480

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 04 de abril de 2016, foi realizada a 8ª emissão de notas promissórias, no montante de R\$ 55.000 e com remuneração de 115,32% do CDI. Os juros e principal foram liquidados em 30 de março de 2017.
- Em 29 de março de 2017, foi realizada a 9ª emissão de notas promissórias, no montante de R\$ 55.000 e com remuneração de 112,50% do CDI. Os juros e principal tiveram o vencimento prorrogado de 24 de março de 2018 para 13 de abril de 2018.

Não há *covenants* financeiros nesta emissão.

13. Fornecedores

	2017	2016
Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	4.380	1.325
Fornecedores de fibra óptica (b)	10.190	11.679
Fornecedores de rádio frequência (c)	409	458
Fornecedores de conectividade (d)	3.882	1.055
	18.861	14.517
Não Circulante		
Fornecedores de fibra óptica (b)	22.363	18.003
Fornecedores de rádio frequência (c)	64	181
Fornecedores de conectividade (d)	1.676	2.067
	24.103	20.251

- (a) O saldo refere-se aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos;

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de fibra óptica, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$ 50.008 (R\$ 43.657 em 31 de dezembro de 2016). Os contratos possuem vigência de 33 a 120 meses;
- (c) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de rádio frequência, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos totalizam R\$ 511 (R\$ 711 em 31 de dezembro de 2016). Os contratos possuem vigência de 36 a 60 meses; e
- (d) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de conectividade, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos totalizam R\$ 5.989. Os contratos possuem vigência de 36 a 60 meses.

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos descritos no item (b) e (c) e com vigência iniciada em 2011 a 2017 são de 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77%, 15,77% e 13,93%, respectivamente.

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 109.701, composto por 109.701.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

15. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de multimídia	84.928	79.996
Receitas de locação de fibra óptica	8.831	6.045
Receita bruta	<u>93.759</u>	<u>86.041</u>
Impostos sobre receitas	(22.130)	(19.486)
Descontos concedidos e vendas canceladas	(72)	(46)
Deduções das receitas brutas	<u>(22.202)</u>	<u>(19.532)</u>
Receita líquida	<u>71.557</u>	<u>66.509</u>

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado Financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(7.873)	(8.256)
Juros sobre notas promissórias	(6.689)	(9.000)
Capitalização de custos dos empréstimos	645	968
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(132)	(46)
Juros sobre impostos parcelados	(15)	-
	<u>(14.064)</u>	<u>(16.334)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.202	1.301
Ajuste a valor presente	4.209	4.047
Juros e outras receitas financeiras	276	317
	<u>5.687</u>	<u>5.665</u>
Resultado financeiro	<u>(8.377)</u>	<u>(10.669)</u>

17. Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Para apoio da Empresa, nas questões financeiras estratégicas, a controladora possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pela acionista controladora e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Empresa, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Empresa não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme o quadro a seguir:

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	15.396	-	-	12.523	-	-
Contas a receber	-	40.354	-	-	35.265	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	6	-	-	1.925	-
Passivos						
Notas promissórias (a)	-	-	(59.154)	-	-	(61.480)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(43.060)	-	-	(35.700)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(38.996)	-	-	(45.510)
	<u>15.396</u>	<u>40.360</u>	<u>(141.210)</u>	<u>12.523</u>	<u>37.190</u>	<u>(142.690)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziriam diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores, fornecedores - partes relacionadas e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Notas promissórias** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil (a)	Valor Justo	Valor contábil (a)	Valor Justo
Nota promissória	59.231	59.336	61.580	61.833

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Hierarquia de valor justo

A Empresa possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2017	2016
Aplicações financeiras	15.396	12.523

Os diferentes níveis de hierarquia são:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de notas promissórias com taxas pós fixadas até o vencimento final da operação.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Março de 2018	59.231	(1.031)	(1.281)	(1.528)
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI ⁽³⁾		15.396	1.053	1.317	1.580
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>22</u>	<u>36</u>	<u>52</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			6,89%	8,61%	10,34%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela CETIP;
- (3) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 29/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

18. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajustadas nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	(9.307)	(7.881)
Contas a receber	4.770	-
Obrigação de entrega	<u>(4.770)</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(9.307)</u>	<u>(7.881)</u>
Aquisição de ativo intangível	<u>9.307</u>	<u>7.881</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>9.307</u>	<u>7.881</u>

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. A Empresa classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Notas</u> <u>promissórias</u>
Saldo Inicial	(61.480)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captações (líquidas dos custos de transação)	(54.691)
Pagamentos de principal e juros	<u>63.706</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	9.015
Outras variações	
Despesas com juros e variação monetária	<u>(6.689)</u>
Total das outras variações	<u>(6.689)</u>
Saldo Final	<u><u>(59.154)</u></u>

19. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., controladora da Companhia, e determinadas companhias integrantes do grupo CCR, foram citadas em depoimentos que teriam relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Em reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a criação de um comitê Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, iniciou o processo interno de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo. A conclusão do comitê independente será submetida ao Conselho de Administração, que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Notas Promissórias

Em 12 de abril de 2018, foi realizada a 10ª emissão de notas promissórias, no valor nominal total de R\$ 54.000, em série única e com remuneração de 113,00% do CDI. A emissão conta com aval da CCR e será amortizada juntamente com o pagamento de juros, em 12 de abril de 2019, podendo ser resgatadas antecipadamente, a qualquer momento, sem pagamento de prêmio.

Não há *covenants* financeiros nesta emissão, porém há cláusulas de vencimento antecipado definidas na cártula de emissão.

Em 13 de abril de 2018, ocorreu a quitação da 9ª emissão de notas promissórias.

Composição da Diretoria

André Luiz Faria Tostes
José Braz Cioffi

Diretor Presidente
Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC SP129452/O-3